

CONFERÊNCIA

GOVERNAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

6 de março de 2018

Díli | Timor-Leste



Organização



TRIBUNAL DE RECURSO

§
PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO



CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LINGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Com o financiamento da União Europeia e do Camões, I.P.

É universalmente reconhecido que a garantia do Estado de direito só se consegue alcançar em democracia com o exercício pleno e eficaz das instituições jurídicas e judiciais. Isso passa, necessariamente, pelo exercício capaz, organizado e devidamente procedimentalizado destas instituições.

Quando se fala da justiça criminal, e sobretudo na prevenção e combate a formas de criminalidade mais complexas, como a criminalidade organizada e a de caráter econômico-financeiro, torna-se notório que as difíceis e exigentes atividades da investigação criminal e da administração da justiça deverão ser acompanhadas por um consistente desenvolvimento de estratégias de organização e gestão dos serviços e dos procedimentos.

Multiplicam-se, à escala global, as iniciativas de reforma da justiça, moldando os mecanismos de governação e administração dos sistemas de justiça aos parâmetros mais exigentes de independência, de desempenho, de eficiência e eficácia, de qualidade do poder judicial, e, do mesmo modo, da diversificação e otimização da resposta da administração da justiça. São disso claro exemplo, a instituição dos Conselhos Judiciários, em muitas das designadas democracias emergentes, a reorganização do desenho e do mapeamento dos tribunais, mesmo nos países em que se encontravam mais solidificadas, a separação e a independência dos tribunais e a introdução de instrumentos de administração e gestão judiciais e extrajudiciais adequados às exigências das democracias atuais.

As dificuldades encontradas percorrem todas as dimensões de governação e organização destes sistemas, desde o nível mais cimeiro da estratégia do governo da justiça e das políticas da sua reforma, mas também na conformação da administração e gestão dos tribunais e, por último, na gestão e organização da própria tarefa da realização jurisdicional do direito. É reconhecida, neste ponto, a carência de formação e de profissionalização no âmbito das áreas de administração e gestão de tribunais, o que introduz na governação do sistema judicial um fator permanente de limitação e incapacidade.

Também o sistema de investigação criminal é credor desta atenção para com a estruturação e a sistematização de matérias de organização e gestão, de forma a adequar os resultados da atividade investigatória e probatória criminais aos propósitos da justiça criminal e à realização essencial do Estado de direito democrático.

Nesta conferência será promovida uma reflexão sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciais, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, e da abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.

PROGRAMA

- 09:00H Registo
- 09:30H - 10:00H Sessão de abertura
- Apresentação PACED
- 10:00H - 10:30H Pausa para café
- 10:30H-12:30H **1.º Painel: Cooperação e organização na justiça criminal**
A organização da justiça criminal face à cooperação internacional
Orador: José Lopes da Mota, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (Portugal)
Reforma da organização judiciária timorense: história e presente
Orador: Jorge Graça, Jurisconsulto (Timor-Leste)
Organização judiciária e reforma da justiça
Orador: Conceição Gomes, Coordenadora Executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e da Unidade de Formação Jurídica e Judiciária (Portugal)
Debate
- Almoço
- 14:00H- 16:15H **2.º Painel: A organização judiciária e os atores da justiça**
A formação jurídica e judiciária na experiência de Moçambique
Orador: João Carlos Trindade, Juiz-Conselheiro do Tribunal Supremo - Jubilado (Moçambique)
A imparcialidade judicial: estatuto e jurisdição
Orador: Marcelo Piragibe, Diretor da Escola Nacional de Magistratura (Brasil)
Os estatutos das profissões forenses em Timor-Leste
Orador: Diogo Ravara, Juiz de Direito e docente do Centro de Estudos Judiciários (Portugal)
Debate
- 16:30H- 17:45H **3.º Painel: Governação e organização da justiça criminal**
Uma gestão para a investigação criminal
Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro e Consultor Científico do PACED (Portugal)
Governar, administrar e organizar a justiça
Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador e Consultor Científico do PACED (Portugal)
Debate
- 17:45H Encerramento



Financiado pela União Europeia (10º FED) e pelo Governo de Portugal, através do Camões, I.P., instituto também responsável pela execução, o PACED tem como objetivos a afirmação e consolidação do Estado de direito nos PALOP e Timor-Leste, a prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular o tráfico de estupefacientes.

Com duração prevista até dezembro de 2019, a sua intervenção centra-se na melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, no fortalecimento das capacidades institucionais e atualização dos procedimentos operacionais e no reforço da cooperação regional PALOP e Timor-Leste.



Em 2017, o grupo PALOP-TL - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste - comemorou o 25.º aniversário do programa de cooperação regional com a União Europeia, PALOP-TL/UE.

Projeto executado com:



Tribunal de Recurso



Ministério da Justiça



Procuradoria-Geral
da República



PCIC - Polícia Científica
de Investigação Criminal
TIMOR-LESTE



Unidade de
Informação Financeira

Esta publicação foi produzida no âmbito do PACED com o apoio da União Europeia e do Camões, I.P. Os seus conteúdos são da responsabilidade exclusiva dos seus autores e não podem ser entendidos como expressão das opiniões e das posições da União Europeia ou do Camões, I.P.